

A História do Abastecimento e a Historiografia Brasileira

Pedro Henrique Pedreira Campos

Este artigo aborda o que se produziu até hoje no Brasil sobre história do abastecimento e qual a sua contribuição para a historiografia do país. Há, no entanto, algumas balizas. O foco principal da apresentação lida com trabalhos que abordam o abastecimento no Rio de Janeiro no século XIX. O recorte foi feito para que não se tivesse um objeto muito extenso para apresentação e análise. Algumas obras de outros recortes espaço-temporais, serão abordadas, principalmente os trabalhos clássicos dentro deste tema.

É importante frisar, no entanto, que há muito mais obras relativas à história do abastecimento do que as citadas dentro deste artigo. Inúmeros são os grupos de estudos que, em cada estado, estudam o abastecimento historicamente das diversas regiões do país. O grande número de estudos sobre história do abastecimento se explica pelo próprio caráter regional que este tipo de pesquisa tem. Daí existirem inúmeras pesquisas que não poderão ser abordadas aqui.

A historiografia do abastecimento pode ser dividida em três grupos ou gerações¹. O primeiro, mais antigo e incipiente, inclui os trabalhos de Mafalda Zemella e Myriam Ellis sobre o abastecimento da região das minas setecentistas. O segundo grupo, assim como o primeiro, vem da USP e é liderado por Sérgio Buarque de Holanda e Maria Odila Dias. Altamente inovador, eles abordam o período da independência do Brasil, dando uma nova interpretação para a emancipação política do país. O terceiro grupo, o mais amplo e o mais sistemático, é o grupo da história agrária feito em Niterói e no Rio de Janeiro e tem a liderança da professora Maria Yedda Linhares. Esse grupo é o de maior produção, diferencia-se por ter um método específico de pesquisa e por ser fortemente influenciado pela história regional francesa.

Primeiro grupo ou geração:

Apesar de o tema do abastecimento não ser nem um pouco badalado atualmente na historiografia, a sua situação nem sempre foi esta. Prova disso é o fato de que a primeira obra

¹ A idéia de gerações, certamente mais cabível do que a de grupos, foi sugerida pela professora Sônia Regina de Mendonça na apresentação de um resumo deste artigo na ANPUH de Londrina, no dia 22 de julho de 2005.

aqui abordada – o livro ‘O Abastecimento da Capitania das Minas Gerais no século XVIII’ da professora Mafalda Zemella – ter sido a primeira tese de doutorado em *História da Civilização Brasileira* defendida no país, no ano de 1951. Foram três anos de pesquisa, com o uso de fontes de arquivos paulistas, mineiros e cariocas. Ela mostra um abastecimento com uma relevância bem maior do que afirmavam estudos anteriores. Demonstra como a exploração de ouro e diamantes na região das minas ativa uma produção e comércio em vários pontos da América portuguesa como a Bahia, o Rio de Janeiro, São Paulo, o sertão nordestino e também regiões da América espanhola. Da mesma forma, faz uma reinterpretação da guerra dos emboabas. Este conflito giraria muito mais em torno do abastecimento de gêneros primários do que do controle sobre as minas de ouro. Os reinóis, recém-chegados, especulavam com os gêneros alimentícios, gerando a fúria dos pioneiros paulistas, daí a guerra. Da mesma forma, a autora dá relevância à questão do abastecimento como problema secundário do movimento de Felipe dos Santos em 1720².

O estudo de Zemella vai permitir também a compreensão da ascensão do Rio de Janeiro e do Centro-Sul da América portuguesa no quadro colonial. A partir da abertura do Caminho Novo, ligando a cidade do Rio à região das minas, dá-se a emergência da capitania do Rio de Janeiro como principal região produtora de gêneros básicos para Minas Gerais. Da mesma forma, o porto do Rio de Janeiro passa a ser a porta de entrada e saída principal e oficial das minas. A cidade rapidamente ultrapassaria Salvador em volume de importações e exportações e como principal porto negreiro da América portuguesa. Ainda, a região das minas seria grande endividada das praças portuárias, em especial a do Rio. Isso tudo leva a cidade do Rio a ser a principal cidade da América portuguesa a partir de meados do século XVIII, passando, por isso, a ser capital da colônia. O eixo econômico colonial iria se deslocar do Nordeste para o Centro-Sul ao longo do XVIII³.

A autora demonstra também a inversão do abastecimento entre Rio e Minas no final do setecentos. Explica-se. Se durante todo o século XVIII, a capitania do Rio de Janeiro foi a principal abastecedora da região aurífera, no fim do século com a queda da produção de ouro e o crescimento da agropecuária nas Gerais, a situação se inverte, Minas Gerais passa a abastecer a crescente cidade do Rio de Janeiro e será eminente no suprimento de gêneros a esta cidade após a chegada da Corte em 1808⁴.

Como uma obra datada de mais de 50 anos, esse livro também apresenta certas características dos estudos de história de outro período. Existem traços da história tradicional, com uma forte preocupação com os fatos na pesquisa. Isso fica claro quando o orientador de Zemella, Alfredo Ellis, escreve no prefácio do livro que a História é a ciência da restauração do passado. Zemella entende que a causa dos graves problemas do abastecimento na região –

² ZEMELLA, Mafalda. *O Abastecimento da Capitania de Minas Gerais no século XVIII*. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1990. p. 17-27; 203-8; *passim*.

³ *Ibidem*, p. 65-9; 97-114; 153-7.

⁴ *Ibidem*, p. 226-35.

que levaram inclusive a três graves crises de fome – foi o afastamento das minas dos centros produtores, a pequena produção de gêneros na região das minas, a inexistência de uma tradição de comércio no Brasil (sic), a falta de moedas, a má comunicação, a precariedade dos meios de transporte, as dificuldades para a importação de produtos e a excessiva tributação. O próprio nome do capítulo em que ela aborda essas diferentes causas é um tanto descabido: “Crítica do abastecimento das Gerais”. As causas, além do mais, são sobretudo técnicas. A autora não atenta para as questões sociais que condicionam essas limitações técnicas, dizendo que durante todo o período colonial houve escassez no abastecimento devido a causas similares a estas⁵.

Apesar de se preocupar muito com estas questões, Zemella tem certo afastamento da história tradicional. Isso fica claro quando a autora ignora a falsa questão sobre qual o ano exato em que foi descoberto o ouro e quem foi que o descobriu⁶. Ela afirma que as minas foram descobertas de 1693 a 1695. Parece, portanto, que a obra resguarda certas características da história tradicional, mas rejeita outras. Estaria em uma espécie de transição entre a antiga história tradicional e uma história renovada, influenciada decisivamente pela escola dos Annales.

Myriam Ellis, em ‘Contribuição ao estudo do abastecimento das áreas mineradoras no século XVIII’ de 1961, também traz os traços tradicionais e factuais do livro de Zemella. Apesar de ela ter levantado e trabalhado com os números dos direitos de entrada da região das minas, trazendo-os a público, ela traz explicações técnicas para o insuficiente abastecimento da região no século XVIII. Para ela, a grande demanda, a dificuldade de transportes e a alta taxaço explicam os problemas da carestia e os anos de fome em Minas Gerais⁷. Essa obra também não atenta para a estrutura da produção escravista e colonial e suas limitações.

A autora mostra ainda, pela primeira, vez que Joaquim Silvério dos Reis – o chamado traidor da conjuração mineira – era um dos endividados da Coroa na segunda metade do século. Como vários outros, Reis arrematara um direito de cobrança de impostos na região que deu prejuízo. Ela levanta a hipótese de isso estar por traz da denúncia que o mesmo faz sobre os inconfidentes em 1789⁸.

Segunda geração ou grupo:

O segundo grupo de pesquisa sobre o abastecimento é muito profícuo e tem seus estudos concentrados na década de 1970. É um grupo de historiadores que vai tratar especificamente da primeira metade do século XIX e com três grandes bandeiras: a defesa de

⁵ Ibidem, p. 17-27; 192-6.

⁶ Ibidem, p. 33-7.

⁷ ELLIS, Myriam. *Contribuição ao Estudo do Abastecimento das Áreas Mineradoras no Século XVIII*. Rio de Janeiro: MEC, 1961, p. 41-4.

⁸ Ibidem, p. 40.

uma grande ruptura na história nacional em 1808, a crítica de antigas visões da independência de explicação essencialmente externa e a atenção ao grupo dos negociantes nesse período da história.

Inaugura o trabalho deste grupo o artigo de Maria Odila Dias ‘A Interiorização da Metrópole’, publicado em 1972. Esse artigo traz os três elementos do grupo destacados acima. Defende-se que se relevem os processos internos do Brasil às vésperas da emancipação política, rejeitando a tese de explicação unicamente externa para a independência em 1822. Dias chama a atenção para dois fenômenos ocorridos no Brasil na época joanina – que ajudam a entender a ruptura política de 1822 –, a interiorização da metrópole no Centro-Sul da América portuguesa e o enraizamento dos interesses mercantis portugueses na praça do Rio de Janeiro. O primeiro processo dizia respeito à integração do Centro-Sul com epicentro na cidade do Rio de Janeiro a partir de 1808. O segundo diria respeito à presença e enraizamento dos negociantes portugueses na cidade a partir da mesma data, atuando em áreas como o comércio de abastecimento, o comércio internacional, o tráfico de escravos, a arrematação de impostos, além de uma forte aproximação com o Rei⁹. À época do artigo, essas duas expressões se apresentavam mais como hipóteses, mas logo seriam confirmadas por duas pesquisas feitas sob sua orientação.

Em um artigo de jornal de 1973, Sérgio Buarque de Holanda defende o artigo de Odila Dias, destacando a nova interpretação sobre a independência e lembrando que a elite política do Primeiro Reinado é composta principalmente de negociantes¹⁰. Isso nos leva à grande característica desse grupo de pesquisa sobre o abastecimento, ao contrário dos outros dois, ele vai relacionar o abastecimento à política. Na verdade, eles demonstrarão como esses negociantes ligados ao abastecimento e outros negociantes vão ser importantes para a formação do Estado imperial brasileiro.

Outro importante estudo do grupo é publicado em 1976 com a orientação de Sérgio Buarque, intitulado ‘Barão de Iguape’ de Maria Thereza Petrone. Esse livro mostra o início da trajetória de Antônio da Silva Prado, que no segundo reinado foi um importante cafeicultor paulista e político destacado. Entretanto, ele não acumulou capitais apenas com a agricultura, mas principalmente com o comércio. Prado era um importante negociante do abastecimento de gado. A obra se vincula ao artigo de Maria Odila, o que fica claro quando Sérgio Buarque atenta, no prefácio do livro, para os interesses dos negociantes de grosso trato no processo de independência, contra os interesses das Cortes¹¹.

Petrone demonstra a forte conexão do Sul da América portuguesa com a cidade do Rio de Janeiro durante a época joanina, tal qual havia indicado Odila em seu artigo. Também,

⁹ DIAS, Maria Odila Leite da Silva. A interiorização da metrópole: 1808-1853. In. Carlos Guilherme Mota (org.). *1822: Dimensões*. 2ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1986, p. 165.

¹⁰ HOLANDA, Sérgio Buarque de. Sobre uma doença infantil na historiografia. In: *O Estado de São Paulo*. 17 de junho de 1973, no. 829. São Paulo: 1973.

¹¹ PETRONE, Maria Thereza Schöerer. *O Barão de Iguape: um empresário na época de independência*. São Paulo: Nacional, 1976. p. XI-XIV.

descreve a política joanina que beneficiava o setor do abastecimento através do conserto e construção de estradas e isenções para os tropeiros e boiadeiros, o que Odila também havia mencionado em seu artigo. O suprimento, no caso o de gado do Sul para o Rio de Janeiro – comércio onde atuava Antonio da Silva Prado –, é um setor que movimenta grande quantidade de dinheiro e proporciona grandes possibilidades de acumulação para os negociantes envolvidos, sobretudo em função das práticas monopolistas destes últimos. Fica claro também como a vinda da Corte ativou este comércio e frequentes ações da política joanina beneficiavam os negociantes do abastecimento¹².

Além de descrever o comércio de boiadas para o Rio de Janeiro em suas minúcias, ela mostra como Antonio da Silva Prado modifica a sua área de atuação a partir do início da década de 1820. Deixa de mandar reses bovinas à Corte e passa a suprir o nascente Vale do Paraíba cafeeiro com muares¹³. A conexão entre a economia do abastecimento na época joanina e a ascensão da cafeicultura no Vale do Paraíba iria ser aprofundada depois por Alcir Lenharo.

Prado está presente ainda em outras atividades como a arrematação de impostos, como mencionara Odila ao falar sobre os negociantes do período. Petrone mostra com dados como Prado e os negociantes em geral têm um lucro maior do que os produtores, o que se repetiria em vários outros contextos no comércio de abastecimento. Por fim, ela destaca a importância deste comércio, afirmando que este, na capitania de São Paulo, envolvia quase tanto capital quanto a agroexportação de derivados de cana da mesma capitania¹⁴.

As dissertações de mestrado de Alcir Lenharo e Riva Gorenstein são as obras mais importantes desse grupo, confirmando plenamente as hipóteses de Maria Odila e trazendo novas questões para o debate. Alcir Lenharo, em ‘As Tropas da Moderação’, parte da crítica das teses de Roberto Simonsen e Celso Furtado de que há um esvaziamento da economia brasileira entre a decadência da produção aurífera e o sucesso da exportação do café de 1830 em diante. Usando Zemella e sua própria pesquisa, Lenharo destaca o abastecimento da Corte desde 1808 como uma atividade importantíssima para a economia brasileira no período. O autor faz um grande apanhado do abastecimento para a Corte entre 1808 e 1842, mostrando que havia três formas de abastecimento da capital: externa, interna por navegação de cabotagem e interna terrestre. A montagem desse grande aparato se deve às grandes transformações demográficas vividas pela cidade do Rio de Janeiro a partir de 1808, com a vinda da família real, da Corte portuguesa e de diversos estrangeiros. Minas Gerais, a principal abastecedora do Rio no período, é uma província basicamente voltada para a produção de gêneros para o abastecimento interno, pelo menos na primeira metade do século XIX. Portanto, não se pode falar de um ‘esvaziamento’ na economia brasileira entre os dois

¹² Ibidem, p. 14; 57-8; 88-9.

¹³ Ibidem, p. 93.

¹⁴ Ibidem, p. 109-10; 127; 154.

pólos dinâmicos do ouro e do café, o que, inclusive, denota que a economia brasileira só está em atividade quando há um produto central para exportação. Maria Odila afirmou, no prefácio do livro, que o comércio de abastecimento para a Corte no período é “pujante”, sendo necessário aos pesquisadores identificar as implicações sociais deste comércio, acreditando que a principal consequência do mesmo é a ascensão social e, posteriormente, política dos grupos mineiros ligados ao abastecimento, tanto os da produção como os do comércio¹⁵.

Lenharo deixa claro que busca exatamente estas implicações políticas, arrolando todas as medidas benéficas a este comércio empreendidas pelo Estado joanino: a melhoria das estradas, a isenção de serviço militar por parte dos tropeiros e a proibição de estrangeiros no comércio de cabotagem. Fica claro que o poder de pressão desses negociantes para com aquele recém-instalado Estado não devia ser fraco. Os benefícios de Pedro I aos negociantes do comércio de abastecimento foram maiores ainda pela aproximação do imperador com esses setores mercantis. Essa política de incentivos ao abastecimento e de construção de estradas seria interrompida drasticamente em 1831, de acordo com a nova configuração política. Além dos privilégios diretos aos negociantes, o autor ressalta a doação de sesmarias aos mesmos na região ao longo das estradas construídas ou reformadas no Vale do Paraíba. Essa prática de D. João VI vai semear a cafeicultura na região. Seria quase dispensável lembrar aqui a importância que têm os cafeicultores do Vale na consolidação do Estado imperial. Ele destaca o papel dos produtores e tropeiros mineiros ligados ao abastecimento no sufocamento da revolta liberal de 1842 naquela capitania. Esses homens desejavam manter um forte vínculo com o Rio de Janeiro, rejeitando a autonomia¹⁶.

Há, no entanto, alguns problemas na análise do Estado feita por Alcir Lenharo. Ele tenta explicar essa aliança do Estado com setores empresariais nativos como fruto da incapacidade do aparato político-burocrático do aparelho estatal. Isso certamente vale para o caso dos contratos régios, onde o Estado, sem um corpo de funcionários suficientes para cumprir funções como cobrar impostos, punha em arrematação para particulares esses serviços. A visão de Estado utilizada fica mais clara quando este afirma que, diante de um caso específico, há interpenetrações do público e do privado¹⁷. Parece que o autor vê no Estado brasileiro em formação uma espécie de ‘patrimonialismo’ de tipo weberiano. Fica nítido aí que Lenharo não tenta entender o Estado dentro dos conflitos e interesses existentes na sociedade, onde todo corpo político, para se firmar, precisa de grupos sociais para sustentação.

Outro ponto polêmico da obra aparece quando o autor explica os problemas do abastecimento para a cidade, sendo as causas das crises de suprimento: a distância dos centros

¹⁵ LENHARO, Alcir. *As Tropas da Moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil*. 2 ed. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura do Rio de Janeiro (Biblioteca Carioca), 1993. p. 7-9; 20; 68-9.

¹⁶ *Ibidem*, p. 39; 40; 47; 49-51; 103-4.

¹⁷ *Ibidem*, p. 54-5; 70-1.

produtores, as guerras e as más condições dos caminhos¹⁸. De certa forma, ele segue motivos semelhantes aos dados por Mafalda Zemella e Myriam Ellis, questões técnicas seriam os maiores entraves para o desabastecimento da capital. Novamente não se atenta para a estrutura colonial daquela economia nem para as questões inerentes à forma preponderante de trabalho no Brasil da primeira metade do século XIX, a escravidão.

Apesar dessas críticas pontuais, é preciso ressaltar que a dissertação de Alcir Lenharo é a principal obra sobre o comércio de abastecimento nas balizas delimitadas desse artigo e talvez o maior estudo de história do abastecimento já feito no país.

O estudo de Riva Gorenstein não trata especificamente de abastecimento, mas mostra as várias formas de atuação econômica dos negociantes no Rio de Janeiro da época joanina, entre elas o abastecimento, formando uma síntese com o trabalho de Alcir Lenharo. Ela caracteriza o *modus operandi* e o *modus vivendi* desses negociantes, mostrando seus investimentos no tráfico de escravos, no comércio de abastecimento e nas companhias de seguro. Existe ainda uma tentativa constante dos mesmos em adquirir títulos nobiliárquicos ou então em parecerem como nobres, estando juntos à família real e até mesmo investindo em fazendas para ter uma vida de nobre¹⁹.

Mostra também como esses negociantes vão ser eminentes na política joanina, havendo ajuda desse grupo social – inclusive financeira – ao Estado em momentos decisivos como na revolta pernambucana de 1817 e havendo também uma grande adesão dos mesmos à independência²⁰.

Há ainda, dentro desta segunda geração, um pequeno artigo de Maria Lígia Prado e de Maria Cristina Luizetto que aborda o comércio de cabotagem na época joanina. Novamente, esse período histórico é privilegiado pelo grupo da USP. Afirmam que este comércio é o mais importante ramo do comércio interno no Brasil deste período. Como nos estudos anteriores do grupo, centram a pesquisa na cidade do Rio de Janeiro, afirmando que esta centralizava o comércio de abastecimento de todo o Brasil. Seguindo as trilhas dos outros trabalhos similares da USP, as autoras abordam a política específica para o assunto, taxando de ambígua a atuação de D. João VI para o tema, ora beneficiando os negociantes ingleses, ora os negociantes nacionais. Trazem em anexo ao artigo, as diversas leis e decisões que beneficiavam o comércio de cabotagem feito por nacionais²¹. Apesar da importante contribuição das autoras, chamando atenção para o comércio de cabotagem, parece que elas não conseguiram elucidar a complexidade do Estado joanino e dos múltiplos grupos de sustentação e pressão sobre este Estado.

¹⁸ Ibidem, p. 34-5

¹⁹ GORENSTEIN, Riva. Comércio e política: o enraizamento dos interesses mercantis portugueses no Rio de Janeiro (1808-1830). In: MARTINHO, Lenira Menezes; GORENSTEIN, Riva. *Negociantes e Caixeiros na Sociedade de Independência*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura do Rio de Janeiro (Biblioteca Carioca), 1993. p. 159; 164; 178-86; 189.

²⁰ Ibidem, p. 148-53.

²¹ PRADO, Maria Lígia; LUIZETTO, Maria Cristina Z. Contribuição para o Estudo de Comércio de Cabotagem no Brasil, 1808-1822. In: *Anais do Museu Paulista*. Tomo XXX. Ano: 1980-1. São Paulo: 1981. p. 159-196.

Fora dos três grupos e tendo criado seu próprio grupo de estudos na Bahia, aparece a monumental pesquisa de Kátia Mattoso para a cidade de Salvador no século XIX. A pesquisa, feita ao longo de quinze anos e publicada em 1978, tem muitas semelhanças com os estudos do grupo de Maria Yedda Linhares, a quem Mattoso convidou para escrever o prefácio do seu livro. Assim como a professora Linhares, Kátia Mattoso tem uma influência direta da história serial francesa, utilizando amplo aparato do método quantitativo em sua obra. O livro trata de uma longa duração, dá um panorama geográfico em seu início, fala de vários aspectos da cidade no século e traz uma história de preços e salários para a cidade. Trata-se de uma grande contribuição à história regional baiana²².

Porém, Mattoso não foge às explicações técnicas para os problemas do abastecimento da cidade soteropolitana. Para ela, as causas da escassez e carestia na cidade são: problemas na produção e produtividade locais, problemas no transporte e na comunicação, estrutura comercial da cidade e os problemas administrativos²³.

Terceiro grupo ou geração:

O terceiro grupo é certamente o mais robusto, que tem o maior número de pesquisas e o que estabeleceu uma metodologia própria para a pesquisa em abastecimento. São dissertações e teses produzidas nos programas de pós-graduação da UFF e da UFRJ. Quase todos são feitos sob a orientação de Maria Yedda Linhares, com a forte presença também de Ciro Flamarion Cardoso.

Uma outra discussão – talvez a maior da historiografia brasileira – cruza a produção do terceiro grupo. Trata-se da discussão sobre o mais adequado modelo explicativo da economia colonial brasileira. Os estudiosos deste grupo se alinham com a tese de Ciro Flamarion Cardoso, a de que há um modo de produção específico que caracteriza o Brasil desde o século XVII até meados do século XIX, o modo de produção escravista colonial²⁴. Este modelo explicativo surge em resposta aos outros modelos marxistas anteriores, o de que há feudalismo no Brasil colônia²⁵ e o de que o Brasil desde os primórdios de sua colonização está inserido na economia capitalista mundial, ou então, no chamado capitalismo comercial²⁶.

²² MATTOSO, Kátia Maria de Queiroz. *Bahia: a cidade de Salvador e seu mercado no século XIX*. São Paulo: Hucitec, 1978, *passim*.

²³ MATTOSO, Kátia Maria de Queiroz. *Bahia: a cidade de Salvador e seu mercado no século XIX*. op. cit. citado por LINHARES, Maria Yedda Leite; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *História da Agricultura Brasileira: combates e controvérsias*. São Paulo: Brasiliense, 1981. p.160-1.

²⁴ Ver CARDOSO, Ciro Flamarion Santana. Sobre os modos de produção coloniais na América e do mesmo autor O modo de produção escravista colonial na América. In: SANTIAGO, Théo (org.). *A América Latina Colonial: ensaios*. Rio de Janeiro: Pallas, 1975.

²⁵ Ver, dentre outros, GUIMARÃES, Alberto Passos. *Quatro Séculos de Latifúndio*. São Paulo: Fulgor, 1964; SODRÉ, Nelson Werneck. Modos de produção no Brasil. In: LAPA, José Roberto do Amaral (org.). *Modos de Produção e Realidade Brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1980. p. 133-56.

²⁶ Ver, dentre outros, PRADO Jr., Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo - Colônia*. São Paulo: Brasiliense, 1953; NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. São Paulo: Hucitec, 1979.

Enfim, muitos dos trabalhos desta terceira geração tentarão comprovar a existência de um escravismo colonial no Brasil colônia e no século XIX. A questão de brecha camponesa da escravidão²⁷ também é outro tema explosivo existente dentro do debate sobre os modelos explicativos, como na própria produção sobre a história do abastecimento do país.

Apesar de a produção desse grupo se concentrar na década de 80, os dois livros de Maria Yedda Linhares publicados em 1979, ‘História do abastecimento: uma problemática em questão’ e ‘História política do abastecimento’ dão o pontapé inicial para as pesquisas do grupo. Apesar de os dois volumes possuírem juntos quase 450 páginas, ela não pretendia com eles fazer uma síntese sobre a história do abastecimento. Ela explica na introdução do primeiro volume que para tal seria necessário um sem número de pesquisas de âmbito regional e local, abordando também diversas temporalidades. Assim, ela se propõe unicamente a “situar, historicamente, o problema do abastecimento.”²⁸

Nas introduções desses livros, a autora defende uma metodologia de história total para a pesquisa com abastecimento. Para se estudar historicamente o abastecimento, segundo esta metodologia, deve-se levar em conta a história agrícola, os hábitos e técnicas de cultivo, a organização fundiária, os transportes, a renda gerada, o consumo urbano, a política para o tema, os hábitos alimentares, as mentalidades etc. Portanto, uma crise de abastecimento não pode ser entendida como uma simples obstrução nos meios de comunicação existentes, mas deve ser compreendida através da análise da produção, da circulação e do consumo, vinculando-se isso com as estruturas sociais vigentes no período²⁹.

Nessas mesmas obras, ela aborda diversos recortes espaço-temporais, abordando, por exemplo, as diversas políticas para o abastecimento, a organização da produção em diferentes períodos e também a alimentação – lembrando muitas vezes o clássico ‘Geografia da Fome’³⁰. Levanta diversas hipóteses para problemas localizados. A divisão dos dois volumes no ano de 1918 se deve à criação do Comissariado de Alimentação Pública, órgão que, apesar de ter existido por pouco tempo, marca o início de uma intervenção sistemática no suprimento de alimentos às cidades³¹.

Em um trabalho publicado dois anos depois desses dois volumes, não especificamente sobre o comércio de abastecimento, Maria Yedda Linhares e Francisco Carlos Teixeira da Silva dão um grande avanço para o entendimento das questões do abastecimento em uma economia colonial. Em ‘História da Agricultura Brasileira: combates e controvérsias’, afirmam que uma das três questões fundamentais dentro de uma história da agricultura do país

²⁷ Ver CARDOSO, Ciro Flamarion Santana. *Escravo ou Camponês: o protocampesinato nas Américas*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

²⁸ LINHARES, Maria Yedda Leite. *História do Abastecimento: uma problemática em questão (1530-1918)*. Brasília: Binagri, 1979, p. 21-5.

²⁹ Ibidem, p. 21-5. LINHARES, Maria Yedda Leite; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *História Política do Abastecimento*. Brasília: Binagri, 1979, p. 17-22.

³⁰ CASTRO, Josué de. *Geografia da Fome*. São Paulo: Círculo do Livro, 1991.

³¹ LINHARES, Maria Yedda Leite. *História do Abastecimento*. op. cit. p. 21-5. LINHARES, Maria Yedda Leite; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *História Política do Abastecimento*. op. cit. p. 17-22.

é questão da produção de alimentos em uma economia colonial. Problematizando esta questão, eles – como fizera anteriormente Lenharo – criticam Roberto Simonsen, Celso Furtado e Jacob Gorender, condenando a noção de ciclos, a suposta decadência de Minas Gerais com a queda da produção aurífera e a excessiva preocupação com as plantagens na economia colonial. Eles mostram como, ao contrário do que se pensava, o Estado português intervinha freqüentemente na produção de gêneros de abastecimento. Isso fica claro na obrigação do sábado livre para os escravos – que daria origem à teoria da brecha camponesa da escravidão – e nas sucessivas determinações para a reserva de terras para produção de gêneros básicos³².

No entanto, o mais importante desse livro se encontra no último subcapítulo, trata-se da série de causas para as crises de abastecimento que os dois desenvolvem, superando as explicações puramente técnicas de Mafalda Zemella, Myriam Ellis, Alcir Lenharo e Kátia Mattoso. Seriam quatro as causas que explicam as crises de escassez e carestia: causas naturais, a tendência da pequena produção a ser de subsistência, a produção voltada para artigos mais lucrativos e, a principal como eles próprios afirmam, a concorrência entre a produção para o abastecimento e a produção para exportação³³. Isso representa um grande salto qualitativo nas explicações existentes sobre os problemas do abastecimento na economia colonial. Nunca antes autores que estudavam o abastecimento haviam vinculado as crises de subsistência à própria estrutura da economia colonial.

As pesquisas clamadas por Maria Yedda Linhares vêm ao longo da década de 80. São muitas e seria muito longo falar o que todas trazem de novo. Alguns exemplos, no entanto, são emblemáticos. Os estudos de mestrado de Hebe Mattos e Márcia Motta abordam regiões da antiga província do Rio de Janeiro – Capivary e São Gonçalo respectivamente – que no século XIX eram especializadas na produção para abastecimento da cidade do Rio de Janeiro e de áreas de produção agroexportadora.

Hebe Mattos estuda a periférica Capivary na província do Rio no século XIX. Mostra como a região se especializara na produção de gêneros básicos para as áreas de cafeicultura exportadora. Estuda, em especial, os pequenos lavradores e trabalhadores da região, mostrando como eles não eram tão homogêneos e dependentes dos grandes proprietários como afirmara Maria Sylvia de Carvalho Franco³⁴, demonstrando uma realidade bem mais complexa nos grupos sociais existentes entre os escravos e os proprietários³⁵.

Márcia Motta estuda as chamadas bandas d'além no século XIX. Essas constituem uma ampla facha de terra a Leste da Baía de Guanabara, que em 1819 receberia o título de Vila Real de Praia Grande e, a partir de 1834 – com a criação do município neutro da Corte –,

³² LINHARES, Maria Yedda Leite; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *História da Agricultura Brasileira*. op. cit. p. 13-4; 107-17; 120-30;

³³ *Ibidem*, p. 160-70.

³⁴ FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens Livres na Ordem Escravocrata*. São Paulo: IEB/EdUSP, 1969.

³⁵ MATTOS, Hebe Maria. *Ao Sul da História: lavradores pobres na crise do trabalho escravo*. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 75-7.

seria a capital da província do Rio de Janeiro, chamando-se no ano seguinte Niterói³⁶. Motta faz a mesma crítica que fizera Hebe Mattos a Maria Sylvia de Carvalho Franco, estendendo a crítica agora também a Maria Isaura de Queiroz³⁷, a de que estas duas autoras taxam de homogêneos e dependentes dos proprietários os intermediários entre escravos e proprietários em uma sociedade escravista.

Importante para o recorte aqui proposto é o fato de Márcia Motta demonstrar que as bandas d'além passam de uma região agroexportadora decadente em fins do século XVIII para ser uma região relativamente florescente de policultura após 1808. Isso tudo devido à nova demanda criada pela chegada da Corte à cidade do Rio de Janeiro naquele ano. As bandas d'além passariam a produzir diversos insumos básicos para suprir a nova sede do Império, demograficamente alterada a partir de 1808³⁸.

Outros bons exemplos dessa linhagem são as teses de doutorado de Francisco Carlos Teixeira da Silva e João Fragoço. O estudo comparativo entre Rio e Salvador feito por Teixeira da Silva caracteriza e explica as freqüentes crises de carestia, escassez e fome coloniais. Essa pesquisa, desenvolvida ao longo de oito anos, é a mais completa que aborda especificamente a questão do abastecimento. Isso porque traz uma ampla discussão conceitual, em um período de longa duração – aproximadamente todo o século XVIII. Além disso, o fato de ser uma pesquisa comparativa, tal qual havia sugerido Ernest Labrousse, dá um toque especial à mesma, tornando-a mais válida em suas explicações³⁹.

Segundo Teixeira da Silva, a explicação para as crises de subsistência se liga ao fato de que estas não podem ser entendidas como puro reflexo do movimento do comércio colonial, mas tinham causas diversas – poliédricas. Essas causas são divididas em três grupos: os problemas de acesso à terra e do transporte, os problemas do armazenamento e as imposições políticas; a ação do capital mercantil e o plantacionismo; e, por fim, a limitação ecológica e a falha tecnológica. O plantacionismo é uma causa que chama atenção por seu caráter emblemático. Tratava-se de uma penalização da produção de alimentos imposta aos pequenos lavradores. Um caso ocorre durante o reinado de Maria I. Esses lavradores eram obrigados a vender os gêneros básicos a preços tabelados e baixos ao celeiro público de Salvador. Assim, os grandes proprietários agroexportadores tinham acesso aos produtos básicos por um baixo valor, podendo reproduzir as suas lavouras a um baixo custo. Trata-se de um mecanismo político de opressão sobre os grupos sociais intermediários da colônia, em proveito dos grupos dominantes. Essa e outras medidas que penalizavam a produção de

³⁶ MOTTA, Márcia Maria Menendes. *Pelas Bandas d'Além: fronteira fechada e arrendatários escravistas em uma região policultora (1808-1888)*. Tese de mestrado. Niterói: UFF/ICHF/PPGHIS, 1989, p. 10-15.

³⁷ QUEIRÓS, Maria Isaura Pereira de. *O Campesinato Brasileiro*. Petrópolis/São Paulo: Vozes/EdUSP, 1973.

³⁸ MOTTA, Márcia Maria Menendes. *Pelas Bandas d'Além*. op. cit. p. 42-9.

³⁹ SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *A Morfologia da Escassez: crises de subsistência e política econômica no Brasil colônia (Salvador e Rio de Janeiro, 1680-1790)*. Tese de doutoramento. Niterói: UFF/ICHF/PPGHIS, 1990. p. I-III; p. 3.

alimentos levaram a conflitos sociais e até à criação de mercados paralelos de gêneros alimentícios⁴⁰.

‘Homens de Grossa Aventura’ de João Fragoso parece fechar os estudos feitos na década de 80 de uma maneira conclusiva e sintética. A obra se inicia com um capítulo de debate historiográfico sobre a produção para o mercado interno e as diferentes explicações para a economia colonial. Fragoso opõe autores como Ciro Cardoso e Jacob Gorender de um lado a Caio Prado Jr., Celso Furtado e Fernando Novais de outro. Toda a tese que se desenrola depois vai desmontando os postulados criados por Novais, Furtado e Caio Prado. Através de seus estudos e citando outras pesquisas de história regional feitas no período, mostra como aquela economia colonial tinha acumulações endógenas de capital – sendo o tráfico de escravos⁴¹ e o comércio de abastecimento, na concepção de Fragoso, as principais formas de acumulação –, tendo ela capacidade de se autofinanciar. Essas acumulações endógenas obedeciam à lógica da economia colonial e reproduziam a própria formação social vigente. A estrutura de comércio – tanto o comércio do tráfico de escravos, como os múltiplos ramos do comércio de abastecimento – são relacionados à estrutura social escravista colonial em sua hierarquização e oligopólios. Chega também à constatação de que há no século XIX um mercado interno no país com epicentro na cidade do Rio de Janeiro. Conclui dizendo que se tratava de economia exportadora com grande dinamismo interno, em uma formação econômico-social com hegemonia do modo de produção escravista colonial, havendo a coexistência deste com outras relações de produção não capitalistas⁴².

Fragoso informa ainda que a maioria dos grandes negociantes – aproximadamente 70% deles – da praça do Rio de Janeiro na época joanina já estava na cidade antes da chegada da Corte, ao contrário do que acreditava Riva Gorenstein. Assim, os grandes negociantes desse período, riquíssimos e que desempenham um papel político de grande importância na época joanina, na independência e no Primeiro Reinado são, em sua ampla maioria, nacionais, ou melhor, já se encontravam no Brasil antes de 1808 e haviam acumulado seus capitais especialmente no tráfico de escravos, no comércio de subsistência e no comércio de importação e exportação⁴³. Fragoso reforçaria ainda algo que Riva Gorenstein já havia mencionado, que os negociantes cariocas investem muito em imóveis urbanos e rurais. Nestes últimos principalmente com o objetivo de viver como nobres. Isso levaria o autor e Manolo

⁴⁰ SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *A Morfologia da Escassez*. op. cit. p. 375-66; 404-8.

⁴¹ Sobre o tráfico de escravos para a cidade do Rio de Janeiro e a acumulação endógena existente nesse comércio há a tese de Manolo Florentino, orientada por Ciro Flamarion Cardoso. Ver FLORENTINO, Manolo. *Em Costas Negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro, séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

⁴² FRAGOSO, João Luiz Ribeiro. *Homens de Grossa Aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992. p. 19-20; 51-76; 101-22; 152; 173-4.

⁴³ *Ibidem*, p. 215-6.

Florentino a afirmar, alguns anos após a defesa da tese, que havia um arcaísmo como projeto social⁴⁴.

Vários são os outros estudos desse grupo. Apesar de ter se desenvolvido essencialmente na década de 80, esse ramo de pesquisa teve alguma continuação na década de 90. Ainda no início dessa década, Fábio Carvalho e Afonso Alencastro Graça Filho iriam defender suas dissertações de mestrado, comprovando com dados que os capitais industrial e financeiro carioca provinham diretamente do capital comercial daquela cidade, em especial do comércio de abastecimento⁴⁵. Porém, outros temas longe do econômico-social emergem nesta década como os prediletos entre os novos pesquisadores e o estudo de abastecimento declina.

Os dois estudos buscam o destino do capital acumulado com o comércio de abastecimento. O estudo de Fábio Carvalho se situa historicamente em um período um pouco posterior ao de Graça Filho e abarca aproximadamente o período da consolidação da República até o surgimento dos sinais claros de sua crise. Carvalho aponta os problemas da escassez e carestia na cidade presentes ainda neste período pós-escravista. Problemas existentes parcialmente em função da grande quantidade de imigrantes na cidade do Rio no período, constituindo estes quase 30% de sua população em 1890. Diante disso, o poder público nacional passa a intervir no abastecimento para normalizar a situação. Isso toma uma posição bem definida a partir de 1918 com o surgimento, mesmo que efêmero, do já mencionado Comissariado de Alimentação Pública⁴⁶.

Carvalho busca a estrutura de comércio de alguns gêneros alimentícios na capital republicana para tentar entender o problema da escassez e da carestia. Identifica uma estrutura hierarquizada e oligopolizada no comércio de abastecimento, o que explica seus impasses. Sobre a origem do capital industrial carioca, rejeita a validade do modelo paulista, onde o capital comercial veio eminentemente da acumulação com a produção e exportação de café no período. No Rio, o capital industrial tem uma origem mais destacada no comércio. O trabalho afirma ainda que o setor do abastecimento tinha importância dentro dos setores comerciais onde havia acumulação de capitais, identificando grandes comerciantes do abastecimento que investem em construção de fábricas, comprovando a sua hipótese⁴⁷.

Graça Filho chega à mesma conclusão que Fábio Carvalho sobre o destino deste capital comercial em um período anterior. Analisando o comércio de abastecimento na segunda metade do século XIX, Graça Filho mostra como, a partir da década de 1850, o capital oriundo do tráfico de escravos investe grande capital no comércio de abastecimento,

⁴⁴ FRAGOSO, João Luiz Ribeiro.; FLORENTINO, Manolo. *O Arcaísmo como Projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil do Rio de Janeiro, c. 1790-1840*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

⁴⁵ CARVALHO, Fábio Garcez. *Hierarquização e oligopólio: o caso do comércio de abastecimento de gêneros alimentícios na cidade do Rio de Janeiro (1892-1922)*. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS/PPGHIS, 1992, p. 95-100. GRAÇA Filho, Afonso Alencastro. *Os Convênios da Carestia: organização e investimento do comércio de subsistência da Corte (1850-1880)*. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS/PPGHIS, 1991, p. 221-3.

⁴⁶ CARVALHO, Fábio Garcez. *Hierarquização e oligopólio*. op. cit. p. 25-7; 41; 86-92.

⁴⁷ *Ibidem*, p. 95-100; 117-20; 161-9.

formando os convênios. Esses eram acordos entre grupos de comerciantes que dominavam o trato de alguns itens sob condições favoráveis aos mesmos. Os negociantes envolvidos nesse comércio têm forte projeção social a partir de então, com o recebimento de títulos nobiliárquicos, cargos em bancos e companhias, além de investimentos em navios e propriedades. O autor demonstra também como o capital acumulado nestas atividades migra para a atividade bancária e para a produção fabril na segunda metade do século XIX⁴⁸.

Em sua tese de doutorado, Afonso de Alencastro estuda a cidade de São João del Rei e sua região, a comarca de Rio das Mortes. Trata-se de uma região que tem como atividade principal, desde fins do século XVIII, a produção de gêneros para abastecimento interno. É a comarca mais importante das Gerais nesta produção, abastecendo toda a capitania de Minas Gerais e desde a mesma época, também a cidade do Rio de Janeiro. Graça Filho estuda todas as fases do processo econômico. Descreve a produção da comarca como majoritariamente camponesa, com existência de escravos, e algumas poucas propriedades maiores com grande número de escravos. Passavam pela cidade de São João as estradas da Polícia – construída na época joanina – e a do Caminho Novo. A região e a cidade são, portanto, alvos da política joanina de integração do Centro-Sul. A comarca tem como principal produção a pecuária bovina visando o mercado da Corte. Além disso, a cidade de São João é ponto de passagem de boiadas vindas do Oeste da comarca. A ligação com a Corte é tão forte a partir de 1808 que Graça Filho nota, analisando as séries de preços por ele feitas para a cidade de São João e as séries de preços para o Rio, que os preços dos produtos básicos de São João são determinados na Corte. O peso da praça comercial mais importante pesa neste momento⁴⁹.

Mas não se pode dizer que a cidade de São João era um centro menor e periférico. Não é isso que a pesquisa de Afonso Alencastro mostra, ao revelar um grande capital acumulado na cidade, que depois daria origem a ferrovias, fábricas e, principalmente, um forte capital bancário. Há uma polêmica sobre a origem deste capital, Francisco de Oliveira afirma que este tem origem na cafeicultura mineira. Graça Filho contesta e mostra com dados que este capital foi acumulado no comércio, substancialmente, no abastecimento. Desde o início, na primeira parte do século XIX, a cidade já desenvolvia uma forte atividade creditícia, tendo dívidas ativas inclusive com o Rio de Janeiro. Isso iria se desenvolver para o capital bancário e industrial na cidade⁵⁰.

Conclusão:

⁴⁸ GRAÇA Filho, Afonso Alencastro. *Os Convênios da Carestia*. op. cit. p. 87-8; 107-9; 162; 204-5.

⁴⁹ GRAÇA Filho, Afonso Alencastro. *A Princesa do Oeste: elite mercantil e economia de subsistência em São João Del-Rey (1831-1888)*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS/PPGHIS, 1998. p. 7; 33; 38; 54; 58; 186.

⁵⁰ *Ibidem*, p. 48-9; 72-5; 90-5; 308-12.

Algo que não pode ser abordado a fundo neste artigo, mas que não pode deixar de ser destacado, é a relação entre essa produção historiográfica e a própria história do país. Não é possível pensar, por exemplo, a produção sobre abastecimento das décadas de 50 e 60 sem se pensar também na teoria da dependência e nas diversas explicações e discussões sobre o subdesenvolvimento brasileiro que ocorreram no período. Da mesma forma, seria equivocado não vincular toda a produção de história agrária da UFF com a anistia política, a redemocratização, as mobilizações no campo, o surgimento do MST e a votação da reforma agrária na Constituinte na década de 80. Infelizmente, não se trata aqui de estabelecer essas interessantes e complexas relações.

É possível agora fazer uma avaliação final dessa historiografia. Uma crítica interessante a alguns estudos da terceira geração – o grupo da história agrária –, e acreditamos que possa ser generalizado a quase todas as pesquisas deste grupo, foi feita pela professora Sônia Regina de Mendonça. Para a autora, essas pesquisas usam vasta documentação, mas restringem-se ao econômico. Muitas vezes, inclusive, os estudos abordam a política agrária e a política para o abastecimento sem discutir o Estado⁵¹. Isso é de fácil comprovação. Um exemplo é o estudo de Teixeira da Silva, que aborda a administração da Câmara de Salvador, do governo-geral do Brasil e do Estado português sem tratar da natureza dessas instâncias políticas. Não faz como o segundo grupo, que estuda os negociantes do abastecimento para entender o Estado. Outro exemplo é o do estudo de João Fragoso. Em todo o livro, não se fala do Estado ou de política e para o autor, que argumenta apenas com motivos econômicos, não há uma ruptura na história nacional em 1808. Essa é exatamente a crítica de Sônia de Mendonça, a da perigosa separação entre o político e o econômico⁵².

Pode-se dizer que os grandes problemas do segundo e do terceiro grupo giram em torno do significado de 1808 para a economia brasileira e para o abastecimento. Os trabalhos do segundo grupo, que não tinham a mão o volume de pesquisas que se fariam em seguida, dão um significado exagerado a 1808, chegando a negar a importância do abastecimento interno para o Rio de Janeiro antes desta data. Isso leva à falsa impressão de que não havia dinâmica interna na economia brasileira antes da época joanina, tese que foi derrubada pelas pesquisas feitas pelo terceiro grupo. Já este último grupo, em especial João Fragoso, tentando destruir os argumentos das pesquisas da segunda geração, afirma não haver nenhuma mudança qualitativa na economia brasileira em 1808.

Cabe fazer uma nova síntese, tanto sobre a questão de 1808, como sobre a metodologia da história do abastecimento. Sobre a vinda da Corte, é inegável que havia uma dinâmica interna na colônia de relativa importância antes daquele evento, porém, a chegada

⁵¹ MENDONÇA, Sônia Regina de. Estado, agricultura e sociedade no Brasil da primeira metade do século XX. In: GIRDAL-BLANCHA, Noemí; VALENCIA, Marta. *Agro, Tierra y Política: debate sobre la historia rural de Argentina y Brasil*. Buenos Aires: REUNÍ, 1998, p. 135-6.

⁵² SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *A Morfologia da Escassez*. op. cit. passim; FRAGOSO, João Luiz Ribeiro. *Homens de Grossa Aventura*. op. cit. paassim.

da Corte, dos estrangeiros e o início da construção do Estado imperial marcam uma ruptura na história do Brasil, do Rio e na economia do Centro-Sul. Se havia uma dinâmica na economia do Centro-Sul com a preeminência do Rio de Janeiro antes da vinda da família real, essa se modifica qualitativamente com este evento. A conexão passa a ser muito maior e passa a existir um Estado que interfere diretamente nesse abastecimento. Enfim, tal data não pode ser entendida nem como o surgimento do abastecimento da cidade do Rio de Janeiro por regiões longínquas, nem como uma pequena mudança quantitativa no fluxo de gêneros das áreas produtoras para a nova Corte.

Da mesma forma, é preciso repensar a história do abastecimento. A idéia de se relacionar os negócios do abastecimento à política – típica do segundo grupo – é certamente bem-vinda. Pode-se incrementá-la, no entanto, usando o aparato teórico desenvolvido por Antonio Gramsci e já posto em prática em pesquisas para o século XIX brasileiro⁵³, o que auxiliaria na explicação da política joanina e imperial. Ainda, pode-se vincular o estudo do político ao estudo das estruturas sociais, agrárias e fundiárias, além de um relacionamento das características próprias do comércio de abastecimento em questão com um modelo explicativo da economia colonial – traços característicos do terceiro grupo, da história agrária. Juntando-se estes dois aspectos, pensa-se em estar mais próximo do paradigma da totalidade, tão necessário às pesquisas em História.

No entanto, os aspectos positivos dessa produção são infinitamente superiores aos aspectos negativos. Ficou provada a importância do comércio de abastecimento na economia colonial, mesmo que inferior e relativamente dependente do comércio de exportação e importação. Atentou-se para a importância dos negociantes na história nacional, abandonou-se o velho modelo de plantations monocultoras escravistas voltadas para a exportação tanto na época colonial como no século XIX e deram-se novas interpretações para a independência e a formação do Estado imperial. Em um período posterior, mostrou-se como, pelo menos, no Rio e em São João del Rei o capital comercial, acumulado em especial no comércio de abastecimento, dá origem ao capital industrial e bancário que prosperam a partir da segunda metade do século XIX. Enfim, a historiografia do abastecimento deixou a história brasileira mais complexa, dinâmica e menos simplista, logo, mais interessante para o estudo.

⁵³ Ver MATTOS, Ilmar Rohloff. *O Tempo Saquarema: a formação do Estado imperial*. 3 ed. Rio de Janeiro: Access, 1994; PIÑEIRO, Théo Lobarinhas. *Os Simples Comissários: negociantes e política no Brasil Império*. Tese de doutoramento. Niterói: UFF/ICHF/PPGHIS, 2002; SALLES, Ricardo. *Nostalgia Imperial: a formação da identidade nacional no Brasil do Segundo Reinado*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996; MARINHO, Pedro Eduardo. *O Centauro Imperial: os engenheiros e a organização da cultura no Império Brasileiro*. In: Anais do XXIII Simpósio Nacional de História. ANPUH, 2005.